

UMA NOVA RURALIDADE BRASILEIRA

Pedro de Alcântara Bittencourt César*
Beatriz Veroneze Stigliano**

RESUMO

Abordando, inicialmente, o perfil do cenário rural no Brasil, o texto destaca a conceituação de "espaço rural", e apresenta paradoxos de rural e urbano nos dias atuais. São destacadas as novas tendências de produção com a pluriatividade, salienta-se que este espaço não é mais exclusivo para o desenvolvimento de atividades agrárias tradicionais e destaca o surgimento e fortalecimento de atividades de lazer neste espaço.

Discorre sobre a atividade turística, particularmente no espaço rural, abordando as modalidades de turismo rural e similaridades. Permeando os tópicos abordados, ressaltase a importância do planejamento na consolidação da atividade turística.

Palavras-chave: atividade agrícola, pluriatividade, turismo, agroturismo e planejamento.

* Arquiteto, mestrando em Turismo UNIBERO e aluno especial ECA / USP, resp.técnico CODIVAP, e especialista em planejamento e marketing turístico, email: p.bittencourt@mailandnews.com

** Bacharel e Mestranda em Turismo pela ECA / USP; Professora colaboradora do Curso de Turismo da ECA / USP e Consultora em Planejamento Turístico, e-mail: beatriz@backpacker.com

INTRODUÇÃO

O Brasil agrário pode ser dividido em quatro macro-regiões, segundo pesquisa de Kageyama (1999). A primeira região abrange os estados do nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), mais os estados do Tocantins (região norte) e Mato Grosso (região centro-oeste), que se caracterizam pela baixa modernização agrária, "incluindo áreas de agricultura extensiva e atrasada e outras com limitações naturais (seca, por exemplo) e tecnológicas.

A segunda região concentra os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos localizado no sul do país. O "vetor principal da modernidade" destes estados "está direcionado para formas organizacionais diferentes, refletidas, especialmente, na filiação a cooperativas. Os níveis tecnológicos destes estados são relativamente elevados, a base de agricultura familiar é organizada de forma moderna, com destaque para o aspecto institucional representado pelas cooperativas".

A terceira região engloba os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, na região sudoeste, e o estado de Goiás, situado na região centro-oeste do país. Esta área pode ser considerada "intermediária" entre a região de máxima modernização e as outras. Apresentando características bastante diferenciadas, de produção agrícola e pecuária, o estado de Minas Gerais destaca-se em relação aos demais.

E, finalmente, a quarta região, definida pelo estado de São Paulo, no sudeste do país, e os estados de Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, ambos no centro-oeste. Esta região destaca-se pelo alto nível de modernização da produção agrária, principalmente no que tange a inovações "químicas e mecânicas".

Observa-se que esta pesquisa não analisou os aspectos dos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Acre, todos da região amazônica.

Genericamente, caracteriza-se o perfil de renda das famílias no espaço rural por uma (Correa 2000) "desigualdade de rendimento", apresentando nos últimos decênios patamares elevadíssimos, após período praticamente contínuo de crescimento, assim *"os índices de desigualdade registram aumentos tanto nos anos 60 e 70 que foram, em média, períodos de forte crescimento da renda, quanto nos anos 80, caracterizados por redução (ou mesmo estagnação) no ritmo do crescimento econômico, e mantêm-se em níveis elevados no novo cenário econômico que caracteriza os anos 90"*.

Uma pesquisa, um pouco antiga, porém que mostra um cenário ainda reinante nos dias de hoje (Correa 2000) sobre o estado de pobreza na zona rural brasileira, constatou que, em vinte e quatro anos, de 1965 a 1988, a proporção de pobres no meio rural cresceu de 65% para 73%.

Deve-se salientar, ainda, que, nos últimos anos, esses índices têm melhorado e que a desigualdade é menor, principalmente, no estado de São Paulo, porém, situação oposta é constatada na região nordeste.

O desnível sócio-econômico nos estados do nordeste é ligado à baixa produtividade rural e à delicada situação de reduzida produção, enquanto que nos estados da região sudeste e centro-oeste, está relacionado diretamente à baixa remuneração do trabalhador rural assalariado. Tal fato relata o quadro da produção agrária brasileira, de natureza mercantilista, nas propriedades de São Paulo, Sudeste e Centro-Oeste. As regiões Sul e Nordeste do país, que, apesar de contar com relações contrárias em muitos outros perfis, apresentam uma economia doméstica e familiar.

Apesar de na região Sudeste e Centro-Oeste a proporção de pobres no campo ter diminuído no período de 1981 a 1988, no Brasil e nas regiões Nordeste e Sul, ela aumentou (Correa 2000). Segundo levantamento da PNDA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Kageyama 1999), sobre domicílio agrícola e atividades agrárias, depois de 1995, a tendência indica uma diminuição de 12,7% dos domicílios com monoatividade, considerando-se o país como um todo. Apesar de, em números reais, ter havido um aumento entre os anos de 1992 e 1997, dos respectivos setores. Esta alteração foi de 96.771 para 111.920 e de 315.891 para 275.918, respectivamente. Nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, onde há uma maior pluriatividade no espaço rural, o número de domicílios com monoatividade cresceu 15,7% entre 1992 e 1997, contrariando a tendência nacional.

Em números absolutos, houve aumento de domicílios rurais no Brasil centro-meridional, o que pode apenas caracterizar uma "volta ao rural" e não uma volta às atividades agrícolas.

A DICOTOMIA RURAL / URBANO

"No Brasil, pesquisas têm apontado para a ocorrência de dois conjuntos de fenômenos, em algumas regiões do meio rural brasileiro, que nos ajudam a pensar a questão da ruralidade hoje." (Carneiro 1999)

Em primeiro lugar, o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo envolvidas com atividades não agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que buscam combinar a agricultura com outras fontes de rendimento, normalmente não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária", segundo pesquisou o Prof. José Graziano da Silva (1996). O autor afirma que "o segundo fenômeno refere-se à procura de formas de lazer associadas ao meio rural e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Esse movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico. Entre os seus efeitos, destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos".

Lembremos que, para Carneiro (1999), as *"transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais ...)* não resultam, necessariamente, na descaracterização de seus sistemas sociais e culturais como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretam".

Os atuais modelos de definição de rural pouco condizem com a realidade existente. Outrora, o rural era uma mera classificação que carregava consigo o conceito dicotomizado do urbano, quase que pelo aspecto residual - a área onde não havia uma densidade populacional elevada era classificada como rural.

Assim, classifica-se o urbano, e o restante é, por exclusão, o rural. Elementos tangíveis, como abastecimento de energia elétrica e tipo de construção, bastariam hoje para criar variáveis sobre o que é rural, mesmo que o espaço rural compartilhe de alguns aspectos gerais, que, para Saraceno, *"não foram definidos de maneira clara no que concerne aos indicadores que devem ser utilizados, nem no que se refere ao limite que deveria distinguir o rural do urbano"*. (Saraceno 1996)

É interessante notar que, para alguns autores, como Saraceno (1996), o resultado destes processos de diferenciação é que o conceito de ruralidade perdeu progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea, que podia ser contraposta à de urbano. Segundo a autora, isso se deve, em parte, devido ao fato de que as outras atividades paralelas ou integradas com as agrícolas variam muito segundo os contextos, em parte pelo modo com que algumas funções urbanas foram incorporadas e

adaptadas no ambiente rural. Isto nos força a procurar um novo critério de diferenciação espacial ou alternativo, alguma qualificação do rural que permita captar a diversidade crescente.

A urbanização do espaço rural "(...) e a agricultura que por vocação possuía seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no contexto da economia, respondendo por um alto índice de desemprego e degradação das condições de vida do trabalhador rural" (Couto Rosa).

Assim, os espaços rurais ou zonas rurais foram classificados como áreas onde imperam as relações clássicas e tradicionais de relacionamento, no cotidiano social e profissional. Em contrapartida, as zonas urbanas eram caracterizadas como desenvolvidas, onde imperava a simetria cartesiana na relação espacial e, por que não dizer, sócio-profissional.

A DISPONIBILIDADE DE NOVAS ATIVIDADES

Lembremos Graziano Da Silva e Del Grosso, ao afirmarem que, *"a partir de meados dos anos 80, assistimos à emergência de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos."*

Esse "Novo Rural", como o temos denominado, compõe-se, basicamente, de três grandes grupos de atividades:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada a agroindústrias;
- b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados."

Para isso, nota-se que, comparando os dados sobre a população rural ocupada nas últimas duas décadas, a mão de obra envolvida em atividades agrícolas diminuiu a cada ano e, em contrapartida, os trabalhadores em atividades não-agrícolas aumentam.

Com relação à renda, pode-se dizer que as atividades agrícolas apresentam uma evolução constante, enquanto a renda proveniente de atividades não-agrícolas encontra-se em uma progressão linear, ligeiramente acentuada tendendo a uma hipérbole.

Miranda (2000) divide a urbanização do campo em dois aspectos pertinentes, que podem significar:

- um *" processo de urbanização mais tradicional, pela incorporação de novas áreas rurais à zona urbana, quanto o processo de mudança de uso e ocupação das áreas rurais para o desenvolvimento de atividades que não aquelas essencial e tradicionalmente agrícolas."*

- a criação de uma nova ordem no campo, em que muitas *"das atividades que têm ocorrido na área rural, podem constituir-se em importante alternativa de uso e ocupação do solo, não só para alavancar o desenvolvimento sustentável de determinadas áreas, que não têm capacidade de suporte para as ocupações urbanas mais tradicionais, como também oferecer atividades de lazer à população"*.

Com relação à diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural, Graziano e Campanhola (1999), reforçam que a atividade do planejamento local irá permitir o *"delineamento de políticas de desenvolvimento rural"*, dando suporte ao desenvolvimento, com o objetivo de aumentar a renda familiar.

Graziano e Campanhola apresentam as seguintes sugestões para a aplicação da diversificação das atividades no meio rural:

- a) identificar as potencialidades do espaço, com relação às atividades agrícolas locais, incluindo as atividades não-agrícolas;
- b) organizar a participação das comunidades locais;
- c) solucionar os entraves de infra-estrutura que dificultam o aproveitamento das oportunidades;
- d) reestruturar os instrumentos institucionais para que favoreçam as ações inter-setoriais; e
- e) rever as formas de atuação das instituições de pesquisa agropecuária e de extensão rural do setor público.

Esta idéia de mudanças de paradigmas para a sociedade rural brasileira é reforçada por Roque e Vivian (1998), que ao analisar a problemática, verificam a necessidade de realizar transformações "*profundas nas formas de sobrevivência até então existentes*" e, para isso, propõem novas fórmulas para que seja conquistado um modo de vida digno para o homem no campo. E, para tanto, propõem um novo equacionamento da paisagem rural e seus valores agregados, o que poderia ser obtido, em muitos casos, com o estímulo à atividade turística no meio rural.

Lembremos que as atividades turísticas no meio rural podem se associar (Roque e Vivian, 1998) às atividades comuns de produção agrária, como já se verifica em algumas localidades, como Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, Lages, em Santa Catarina entre outras.

Um questão interessante para se resolver no meio rural visando a implantação do turismo rural é a adequação da paisagem para o uso turístico, assim, uma paisagem com "qualidade" é, antes de mais nada, o equilíbrio ambiental dentro dos princípios do antropocêntrico com relação ao meio natural. Segundo Couto Rosa, "em outras palavras, o espaço rural passa a ser visto como um mundo rural diferente e novo e como um espaço de produção e consumo da sociedade urbano-industrial, onde o campo pode tornar-se referência de um 'bom lugar de vida'". (Couto Rosa)

A ATIVIDADE TURÍSTICA

O turista busca na atividade turística (Rodrigues 1999):

- * Mudança de ambiente - o turista define a paisagem do seu dia-a-dia e busca um cenário diversificado deste, o que justifica que as pessoas "*mais urbanas*" procurem mais sair de seu habitat, em busca de paisagens naturais.
- * Rompimento com o cotidiano, relacionado diretamente com o item anterior, em que o indivíduo busca, principalmente, um momento sem aborrecimento, com descontração.
- * Realização pessoal, a viagem, continua associado ao *status quo* do indivíduo, a busca da afirmação do indivíduo, a informação para exibir após o retorno.
- * Concretização de fantasia, o desenvolvimento do *luden*, do momento de ócio, a realização de tempo livre.
- * Aventura, a busca de emoções que tornem o momento único, e
- * Inusitado, procuram o não usual em sua estada.

Todos estes fatores explicam, de certa forma, o crescente aumento da busca pelas atividades turísticas no espaço rural, que concentra os elementos mais procurados pelos turistas, quer seja o rompimento com o cotidiano, propiciando a realização de atividades totalmente diversas das do dia-a-dia urbano, a concretização da fantasia e desenvolvimento do luden, em um momento só de lazer, ou a busca pela aventura e o inusitado, presentes na diferente realidade rural.

O turismo, em uma visão espacial, consiste na incidência (Rodrigues: 1999) de três áreas específicas: as áreas emissoras, ou áreas de dispersão, de onde vem o turista; as áreas de deslocamento, ou vias de acesso, e o destino turístico, ou áreas de atração (receptoras).

Lembra a professora Olga Tulik, que a atividade turística implica, fundamentalmente, na presença do turista, e que podemos considerar todas as áreas do planeta como áreas potencialmente turísticas, porque pode o homem, com uso de planejamento, investimento e tecnologia, transformar qualquer local em um destino turístico.

Tal afirmação não descarta as classificações mundialmente aceitas de hierarquia de potencialidade turística, mas vale a reflexão sobre este paradigma.

Os elementos do espaço turístico são: a oferta turística, a demanda, o serviços de transporte, a infra-estrutura, tanto a básica como a para o uso turístico, o poder de decisão, a comunicação e posicionamento e venda do produto no mercado (Rodrigues, 1999).

O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Lembremos que, para Rodrigues (1999), *"o espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser definido por fronteiras euclidianas", ou seja, com um planejamento geopolítico rígido*".

No Brasil, um novo perfil agrário surge com o turismo rural. Algumas experiências estudadas como a experiência modelo da região capixaba de Domingos Martins (Portuguez 1999) e Venda Nova do Imigrante (Gatti 2001), a experiência pioneira da cidade de Lages (Zimmermann 1996), entre outras inúmeras que merecem um estudo mais apurado, como das lavouras extensivas de Goiás, das Quebradeiras de Coco de Babaçu de São Miguel do Tocantins, na região do alto Araguaia, em Tocantins, ou da

Comunidade alternativa Hare Krishna da Fazenda Nova Gokula, em Pindamonhangaba, no estado de São Paulo. Todas são exemplos de locais potenciais ou realizadores desta modalidade turística, além da experiência clássica do agroturismo, que se expande cada vez mais nas áreas rurais.

Assim, lembra Portuguez (1999), que existe uma "impropriedade conceitual" quanto à definição do termo turismo rural.

Podemos conceituar o turismo em espaço rural como toda atividade turística desenvolvida neste espaço. Dessa forma, temos desde a atividade turística em que o homem visita casas de camponeses e desenvolve uma relação de "aprendizado" com os costumes deste; as atividades esportivas nos rios e cachoeiras; até a visita a parques temáticos localizados fora dos perímetros urbanos. Desta forma, estamos falando de agroturismo, turismo de aventura e turismo de lazer, respectivamente.

O que nos interessa, aqui, é a prática da atividade turística que envolve os elementos do campo, do rural ou do agrário. Lembrando que estes elementos são o homem, seus costumes, tradições e produção, as paisagens agrárias e naturais, além de outros elementos, naturais e bucólicos, que constituem a paisagem rural.

O PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Foster (1992) lembra que "*muitos projetos de desenvolvimento turístico são difíceis de serem integralmente implementados da forma como, originalmente, foram concebidos*". E recorda que isso se deve à especificidade da sensibilidade desta atividade, além do fato de, muitas vezes, os planejadores não considerarem uma série de variáveis existentes no planejamento.

Desta forma, a maior parte dos especialistas em planejamento preocupa-se mais com aspectos econômicos e financeiros, de *marketing*, pouco observando os aspectos específicos do terreno; quanto à construção, infra-estrutura e a avaliação imobiliária. Além da questão da concorrência e dos impactos gerados pelo turismo.

BENI (1998:55) lembra que a "ciência ecológica" é uma grande aliada no fornecimento de informação para a prática do planejamento turístico, principalmente nos espaços rurais ou campestres. Deve-se incorporar esta ciência ao planejamento e, além desta questão, deve-se considerar os seguintes aspectos (FOSTER, 1992):

- Avaliação econômica e social;
- Acessibilidade e transporte;
- Estudo de mercado;
- Alojamento;
- Avaliação do local;
- Aspectos financeiros;
- Possíveis impactos no local.

Infelizmente, faltam estudos da maior parte dos "grandes" especialistas nacionais, que, não se posicionam e, muitas vezes, acham incompatível o desenvolvimento do agroturismo em espaços com vocação "ecoturística".

A outra questão que distorce a leitura de dados no desenvolvimento do espaço rural está relacionada com a metodologia do sistema de recenseamento adotado pelo governo brasileiro, que utiliza a conceituação de área urbana "*áreas, urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sede distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A Situação Rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos*" (IBGE 2001). Ao nosso entender, mais critérios devem estar envolvidos para tal caracterização.

Conceituamos o espaço rural por sua baixa taxa de aglomeração e grande extensão agrária e, conseqüentemente, baixa densidade. As atividades econômicas são ligadas ao setor primário e há grande estrutura de dependência econômica de outros centros. Tem-se, assim, muitas "cidades brasileiras" que, por esses fatores, além de seu bucolismo, meios e costumes, podem ser caracterizadas como espaço agrícola.

Nesta mesma linha de pensamento, o Prof. Dr. José Eli Veiga considera uma grande heresia os índices de situação urbana indicados, e cita que esta ilusão "*transmite confortável sensação de modernidade. Mas não passa de mera ficção estatística, cuja origem é uma convenção que atropela qualquer critério de geografia humana, para não dizer de bom senso*".

Mesmo assim, é importante reforçar duas questões sobre o espaço agrário:

- A atividade agroturística no país está muito aquém da potencialidade e dos elementos disponíveis para este produto.
- O agroturismo não é a panacéia salvadora dos problemas do campo, mas pode minimizar uma série de problemas, mesmo que pontuais.

Esta atividade traz a possibilidade de se minimizar os problemas do campo, incentivando as oportunidades para o aumento de atração de divisas para o campo, introduzindo o consumidor no sistema de produção.

É importante lembrar que, para Beni (1998:57) e Boullón (1994:57), não existem, conceitualmente, regiões turísticas e sabe-se que, muitas vezes, com finalidade de *marketing*, define-se o produto turístico antes de se analisar suas características geográficas.

A "determinação do espaço turístico" deve ser estipulada pela interposição de realidades digitais, com "dimensões planas ou tridimensionais (Beni, 1998:57). Devido ao fato de o "espaço turístico" ser entrecortado, é errôneo recorrer às técnicas de regionalização para definir estes limites.

Outra questão de extrema relevância a ser considerada pelo planejador da atividade turística é a questão da sustentabilidade. Graziano e Campanhola (1999) afirmam que "o conceito de sustentabilidade harmoniza-se com o de desenvolvimento local, uma vez que seus meios e fins deste variam conforme as condições ecológicas, econômicas, sociais e culturais, tanto nos âmbitos regionais como locais, que determinam as limitações e oportunidade disponíveis para as atividades humanas". É vital, pois, harmonizar o desenvolvimento econômico com o ambiental, em suas mais amplas abrangências.

O AGROTURISMO

Define-se o agroturismo como um segmento do turismo, uma forma de conceituação é imaginar conjuntos pertencentes um ao outro.

O primeiro conjunto, mais abrangente, representa a atividade turística. Dentro dele, existirá um conjunto menor, que é o das atividades turísticas no espaço rural e, finalmente, pertencente aos anteriores, localiza-se o conjunto do agroturismo.

Assim como numa expressão matemática, podemos dizer: O agroturismo pertence ao turismo no espaço rural, que pertence ao turismo de modo geral.

Desta forma, temos, inicialmente, como um maior conjunto, o "Turismo em espaço rural" que abrange todas as atividades turísticas que se desenvolvem fora da zona urbana. Assim, teremos uma imensidão de atividades, que utilizam a paisagem natural como elemento passivo, ativo ou mera base de desenvolvimento.

A atividade turística que possui a paisagem como elemento seria o "turismo rural", que pode ter como foco os rios, as cachoeiras, as montanhas, entre outros.

Quando os elementos são definidos pela produção agrária e os usos e costumes do homem do campo, temos assim inserido, finalmente, o agroturismo.

Note-se que, se, hipoteticamente, o produtor "A" vende um produto para um grande entreposto por dez centavos e, para ter uma renda de um mil reais, precisará produzir dez mil unidades do produto.

Essas dez mil unidades do produto, muitas vezes, poderão ser consumidas por sessenta centavos nos pontos de consumo *in natura* e chegarão à mesa de um restaurante por um real e oitenta centavos.

Assim, sendo este produto vendido no ponto de consumo em um restaurante do produtor, no sistema de agroturismo, por um real e trinta e cinco centavos, ele está oferecendo um produto com uma economia agregada de 25%, dando a satisfação de economia ao consumidor, além de aumentar o valor agregado de compra, e representará um ganho na comercialização, que poderá ser da ordem de treze mil reais.

O que parece um passe de mágica, é na realidade a inserção do turista no campo, através da venda direta do produto no ponto de consumo para o cliente, no local de produção.

Isso não significa que o eixo de consumo agrícola será deslocado para o campo e nem se espera que a produção somente seja direcionada para esta clientela, mas este novo ganho, muitas vezes, é a diferença para a criação de novas perspectivas de consumo e programas dedicados ao espaço rural, como o Leader na Europa, que tem fixado o homem no campo com conquistas econômicas e sociais.

Algumas palavras como: hospedagem, gastronomia, serviço de alimentação, produto turístico, marketing, técnicas de venda, sistema de manuseio e higiene, precisam fazer parte do dia-a-dia da propriedade com vocação turística.

Uma outra questão que precisa ser levantada é a escolha do proprietário em maximizar o lucro, desgastando o ciclo de vida de seus atrativos e, conseqüentemente, do produto turístico.

Fatores como capacidade da carga e impactos ambientais, devem ser analisados nas áreas turística para que a otimização do lucro não signifique a deterioração da paisagem turística

CONCLUSÃO

Apesar das distorções com relação ao conceito de espaço rural e, conseqüentemente, ao percentual de pessoas ligadas à estrutura rural, morando e trabalhando no campo, os grandes centros nunca apresentaram índices populacionais e de favelamento tão elevados. Este último, reflexo do crescimento desordenado nas cidades.

A estrutura urbana não consegue absorver o fluxo crescente de migrantes. Além disso, há o problema do desemprego e sub-emprego. De modo geral, o trabalhador da zona rural e das pequenas cidades não está preparado para a "revolução tecnológica" pela qual passa a sociedade e não se adapta aos novos tipos de empregos existentes nas áreas urbanas.

A criação de meios de manter o homem no campo proporciona a resolução de dois problemas cruciais: desacelerar o crescimento urbano e frear o êxodo rural, das pequenas cidades e vilarejos. E, neste contexto, a atividade turística é uma das soluções para os problemas do campo.

Não se pode deixar de levar em conta que o desenvolvimento turístico em comunidades rurais pode se apresentar em três modelos (Beni 1998:78):

- Com o desenvolvimento autóctone, vinculado à poupança interna, em que os moradores locais são empreendedores do processo de criação do produto turístico.

- "Colonização aristocrática", com o uso de recursos do capital externo, geralmente baseado em empreendimentos turísticos de grande porte, de grupos consolidados do setor.

- "Colonização democrática", na verdade, é um processo de parceria entre os indivíduos da população local que, não dispendo de recursos, recorre a fontes externas, participantes do processo conjuntamente.

O planejamento deverá contribuir para, entre outros pontos, resguardar e harmonizar a paisagem, como patrimônio, tanto para o bem estar da população como para a manutenção da atividade turística.

Esta "volta ao campo" deve ser controlada de forma a se assegurar que alguns erros do passado, como a criação de espaços altamente especulativos e sem planejamento, não se repitam nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beni, Mário Carlos. 1998. Análise estrutural do turismo. Senac, São Paulo.
- Boullón, Roberto C. 1994. Planificación del espacio turístico. Trillas, México.
- Carneiro, Maria José. 1999. Ruralidade: novas identidades em construção. encontrado na homepage do Projeto Rurbano (<http://www/eco.unicamp.br/projet/urbano.html>).
- Correa, Angela J; Crócomo, Francisco C.; Baccarin, Francisco; Rios Junior, Wilson D.; Souza, Tatiana F. 2000. Desigualdade e pobreza entre as pessoas ocupadas na agricultura brasileira nos anos 90: uma análise regional a partir das PNDA 1992-1998, SOBER e IRSA,. Material apresentado no XXXVIII Congresso da SOBER e X IRSA World Congress of Rural Sociology. Rio de Janeiro.
- Couto Rosa, Sueli. 2000. A agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. Texto do XXXVIII Congresso da SOBER e X IRSA World Congress of Rural Sociology. Rio de Janeiro.
- Foster, Douglas. 1996. Viagem e turismo: manual de gestão. Cetop, Mem Martins.
- Gatti, Ludmila Dutra de Souto. 2001. Transformações e tendências do agroturismo em Venda Nova do Imigrante. Dissertação de Mestrado da UNIBERO-Universidade Ibero Americana, São Paulo
- Graziano Da Silva, José, Del Grossi, Mauro Eduardo. 1999. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. encontrado na homepage do Projeto Rurbano (<http://www/eco.unicamp.br/projet/urbano.html>)

- _____ ; Campanhola, Clayton. 1999. Diretriz de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. encontrado na homepage do Projeto Rurbano (<http://www.eco.unicamp.br/projet/urbano.html>)
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Censo Demográfico 2000 Resultados Preliminares. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília.
- Kageyama, Angela. 1999. Caracterização dos domicílios agrícolas no Brasil em 1992 e 1997. encontrado na homepage de Projeto Rurbano (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>)
- Miranda Zoraide Amarante Itapura de. 2000. A urbanização do campo e seus impactos sócio-espaciais. SOBER e IRSA, Rio de Janeiro.
- Portuguez, Anderson Pereira. 1999. Agroturismo e desenvolvimento regional. Hucitec, São Paulo.
- Rodrigues, Adyr Balastrieri. 1999. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2 ed. Hucitec, São Paulo.
- Roque, Andréia Maria, Vivian, Antônio Marcos. 1998. O turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. Apostila do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Brasileira. Brasília.
- Saraceno, Elena. 1996. O conceito de ruralidade: problema de definição em escala europeia. Roma: 1996, Seminário INEA: Desenvolvimento nas áreas rurais. Trad. Angela Kageyama.
- Zimmermann, Adonis. 1996. Turismo rural: um modelo brasileiro. Ed. do Autor, Florianópolis.